



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia, Políticas e Democracia 3

**Atena**  
Editora

Ano 2019



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)

# Geografia, Políticas e Democracia 3

**Atena**  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	Geografia, políticas e democracia 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Geografia, Políticas e Democracia; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-720-8 DOI 10.22533/at.ed.208191710  1. Geografia física. 2. Geografia – Estudo e ensino. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.  CDD 910.02
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Geografia: Políticas e Democracia – volume 3”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com análises provenientes das diferentes subáreas da ciência geográfica e áreas afins.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Ensino da Geografia, Geografia Urbana, História do Pensamento Geográfico e sua interface Econômica e Política, Geografia Econômica, Geografia Agrária e Regional conforme expresso nos nove capítulos que compõem a referida Coletânea.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial na emergência de práticas democráticas.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Carolina de Figueiredo Azevedo Ana Claudia Ramos Sacramento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917101</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Rayssa Bernardino de Lacerda Maria de Lourdes Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917102</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
INADAPTAÇÕES NA FRONTEIRA DA INFORMALIDADE: FAVELAS E CONJUNTOS	
Tales Lobosco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917103</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
MICROALGAS: UMA OPORTUNIDADE PARA MELHORAR OS INDICADORES DE SANEAMENTO NO BRASIL	
Renan Barroso Soares Rodrigo Nunes Oss Márcio Ferreira Martins Ricardo Franci Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917104</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
A GEOGRAFIA REGIONAL EM RICHARD HARTSHORNE	
Wesley de Souza Arcassa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917105</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
ADVENTURE-TIME: O CRONOTOPO NO ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO DE HAYEK, KEYNES E MISES	
Marcus Antonio de Lyra Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917106</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>77</b>
A TERRITORIALIZAÇÃO DOS BANCOS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR	
Diego Paschoal de Senna Sandra Lúcia Videira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917107</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
A FEIRA DE NOVA CRUZ/RN: UMA TRADIÇÃO COMERCIAL DE EXPRESSÃO REGIONAL	
Severino Alves Coutinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
A PRODUÇÃO ARTESANAL DA RAPADURA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA BASEADA NA COMUNIDADE RURAL JOÃO MOREIRA, SÃO JOÃO DA PONTE - MG	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
Tayne Pereira da Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2081917109</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>113</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>114</b>

## A PRODUÇÃO ARTESANAL DA RAPADURA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA BASEADA NA COMUNIDADE RURAL JOÃO MOREIRA, SÃO JOÃO DA PONTE - MG

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**

Departamento de Geociências e PPGeo -  
Universidade Estadual de Montes Claros

**Tayne Pereira da Cruz**

Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e  
Agrários - UNIMONTES

**RESUMO:** O presente ensaio visa analisar a produção artesanal da rapadura conforme dados provenientes da produção mundial da cana-de-açúcar, como uma cultura e prática territorial do campesinato em diferentes regiões brasileiras. Trata-se, portanto, de uma interpretação da produção atrelada à prática alimentar, à economia e ao desenvolvimento local para várias famílias da área rural. O referencial teórico dialoga com trabalhos de campo na mesorregião Norte de Minas Gerais, especialmente no município de São João da Ponte e na Comunidade Rural de João Moreira, onde a produção artesanal da rapadura envolve mais de 33 famílias que concebem a lógica da terra como forma de trabalho e vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rapadura artesanal. Norte de Minas Gerais. Campesinato.

**HANDMADE PRODUCTION OF RAPADURA:  
A GEOGRAPHICAL ANALYSIS BASED ON  
THE RURAL COMMUNITY JOÃO MOREIRA,  
SÃO JOÃO DA PONTE - MG**

**ABSTRACT:** This essay aims to analyze the handmade production of rapadura according to data from world sugarcane production, as a culture and territorial practice of the peasantry in different Brazilian regions. It is, therefore, an interpretation of production linked to food practice, economy and local development for several rural families. Theoretical reference dialogues with fieldwork in the Northern region of Minas Gerais, especially in the municipality of São João da Ponte and in the rural community of João Moreira, where the handmade production of rapadura involves more than 33 families who conceive the logic of the land as a way of work and life.

**KEYWORDS:** Handmade rapadura. North of Minas Gerais. Peasantry.

### INTRODUÇÃO

O presente ensaio estrutura-se a partir da discussão sobre a produção mundial da cana-de-açúcar e o surgimento da rapadura no seu modo artesanal, cuja cultura que está presente em várias áreas do mundo, não sendo diferente nas regiões brasileiras. Sabe-se que essa atividade, até a atualidade, está tradicionalmente presente na alimentação popular, sendo reconhecida como uma produção favorável ao desenvolvimento

econômico e social, além de ser suporte e a principal fonte de renda para várias famílias do campo.

Para aprofundarmos este estudo e análises é necessário contextualizar nos tópicos a seguir essas breves considerações sobre a produção da cana-de-açúcar no contexto mundial e nacional; o surgimento da rapadura; o camponês e o modo de produção; o espaço da área de estudo frisando a localização do município e alguns cultivos agrícolas no município.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO CONTEXTO MUNDIAL E NACIONAL**

A cana-de-açúcar está presente em diversas áreas do mundo, constituindo uma cultura de grande importância econômica para os países que a produz. “Sabemos que os sistemas de cultura estão enquadrados nos tipos de economia e no nível de desenvolvimento da região em que se localizam” (ANDRADE, 1992, p.219). O destaque para o cultivo desta produção é voltado para derivados produtos, como a produção em larga escala do açúcar, etanol e a bioeletricidade. Além desses produtos, tem a fabricação, em menor proporção, da rapadura e seus derivados, da cachaça, dentre outros.

A planta cana-de-açúcar é uma planta semiperene que pertence à família das Gramíneas. O cultivo torna-se propício em áreas de clima tropical e, com isso, favorece o cultivo e a produção dos seus derivados. No que se refere a essa espécie vegetal, França e Jasinski (2007), salientam que:

A cana-de-açúcar é classificada como uma planta alógama, da família Gramínea (Poaceae). A cana de açúcar é uma planta da família Poaceae, representada pelo milho, sorgo, arroz e muitas outras gramíneas. As principais características dessa família são a forma da inflorescência (espiga), o crescimento do caule em colmos, e as folhas com lâminas de sílica em suas bordas e bainha aberta. A planta pertence ao gênero *Saccharum*, que possui pelo menos seis espécies, sendo a cana-de-açúcar cultivada um híbrido multiespecífico, recebendo a designação "*Saccharum* spp."

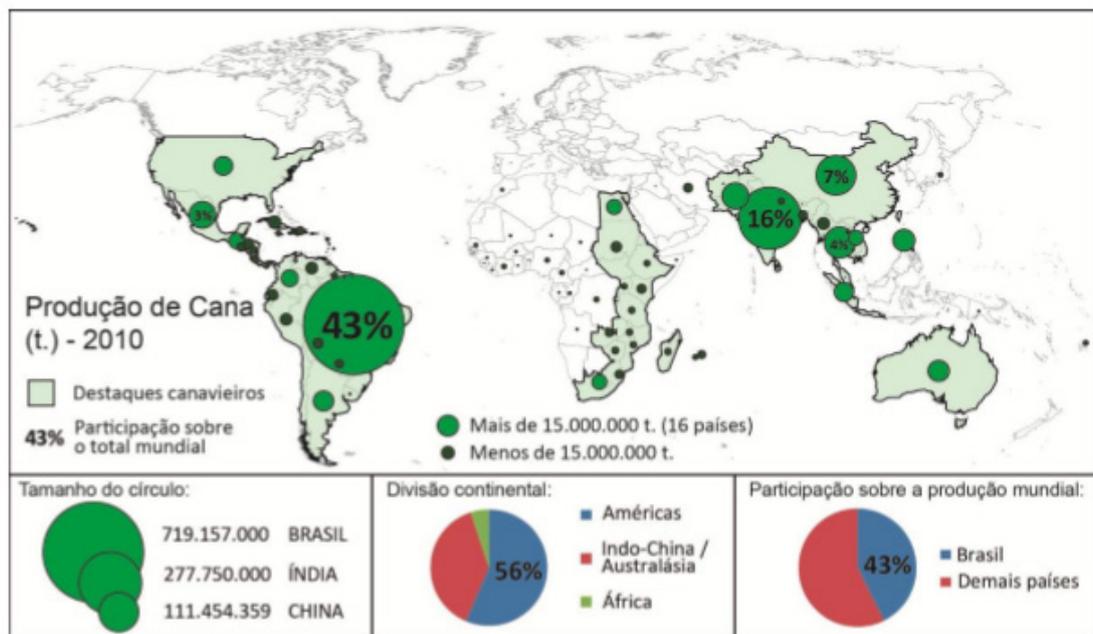
É imprescindível destacar a área endêmica da cana-de-açúcar, que é predominante na região do Arquipélago Malaio. Consiste, assim, em uma espécie vegetal que pode ser consumida diretamente ou conseqüentemente tem a extração do seu caldo, resultando em uma fonte nutricional rica de vitaminas (SAMPAIO, 2014).

Nesse sentido, Sampaio (2014) frisa as regiões que têm a cultura canavieira, iniciada desde os povos pré-históricos e foi sendo espacializada em inúmeras áreas de todo o mundo.

Os povos pré-históricos promoveram sua disseminação em ilhas da Oceania e também pelo Sudeste Asiático, até que lançou o Subcontinente Indiano. [...] Da Índia antiga o conhecimento e a prática da canavicultura voltada para a obtenção de melado e de açúcar (*gur*), ainda precariamente solidificado, difundiram-se para a Pérsia. Os persas trataram de desenvolver uma técnica mais apurada

de tratamento do caldo fervido da cana, logrando a fabricação de um produto seco e mais apto ao transporte, o chamado pão de açúcar (*khand*). A partir de suas expedições ao Oriente Próximo, os europeus tomaram contato com o sabor adocicado daquela mercadoria ainda rara, passando a se interessar cada vez mais pelo seu conhecimento e, posteriormente dedicando-se à sua obtenção. Ao colonizarem o continente Americano, os europeus estabeleceram uma notável indústria açucareira no Caribe, a partir de onde sua fabricação expandiu-se aos Estados Unidos. Diante de um contexto de colonização tardio, novas regiões açucareiras de caráter mundial são criadas a partir do estabelecimento de vínculos políticos e econômicos com o Ocidente. Dentre estes, destacamos os ocorridos no Sudeste Asiático, na Austrália e no Sudeste Africano. (SAMPAIO, 2014, p. 4-5)

Dessa maneira, pode-se apresentar o contexto da produção mundial da cana, a partir do detalhamento da sua produção conforme o mapa a seguir, cujos dados são referentes ao ano de 2010.



Mapa 1: Produção mundial da cana

Fonte: SAMPAIO, 2014, p. 57.

Observando-se este mapa, vê-se um estudo comparativo entre as diversas áreas produtoras de cana no mundo, frisando os destaques canavieiros, com uma concentração de produção em 16 países, com mais de 15.000.00 em tonelada métrica e ademais países com menos 15.000.000 toneladas métrica, durante o ano de 2010.

No continente americano destaca-se com 56% da produção mundial, tendo o território do brasileiro a maior liderança de produtor mundial, no ano de 2010. O mesmo consta em primeiro lugar com o total de 43% de participação na produção da cana. Na divisão continental, a Ásia segue em segundo lugar com uma produção total de 27% durante este período. Logo em terceiro lugar, entra como produtor de cana o continente Africano.

Merecendo ainda uma referência nesta discussão, Andrade (1992), aponta também para o uso histórico da cana nos melhores solos que, devido ao grande

consumo mundial do açúcar, produto derivado da cana, foi expandindo-se no século XV, surgindo a cultura da canaveira.

[...] os europeus receberam dos árabes mudas de canas e a cultivaram na região mediterrânea. Com a expansão marítima, levaram esta cultura para as ilhas do Atlântico e, no Século XVI, para o Nordeste do Brasil. O grande surto econômico do chamado ciclo da cana-de-açúcar desenvolveu-se em nosso país graças à adaptação dessa gramínea ao clima quente e úmido, com uma estação seca e a outra chuvosa, dominante na faixa oriental do nordeste, e aos solos bons de massapê – derivados da composição de rochas calcárias, no Recôncavo Baiano e na Cotinguiba sergipana, e das rochas cristalinas, nas regiões da Mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Também os solos de barros vermelhos das encostas, originados de rochas cristalinas, de Pernambuco a Alagoas foram largamente aproveitados para a cultura da cana no século XVII. Ao verem frustradas tentativas de conquista do Nordeste, os holandeses, então senhores dos mares, levaram a cana-de-açúcar para as Guianas e para as Antilhas, tornando essas ilhas do Caribe uma grande região produtora. Enquanto isso, na Ásia, a cultura da cana expandia-se e passava a ter grandes expressões na Índia e na ilha de Java, regiões superpovoadas. O mercado europeu e norte americano eram os grandes consumidores. (ANDRADE, 1992, p. 239, 240).

Numa análise concreta e específica do cultivo da cana-de-açúcar no território brasileiro, a produção historicamente constitui-se como um dos principais produtos do Brasil, sendo cultivada desde o período da colonização. Tornou assim, oriunda, sobretudo na região Nordeste do país. “Na época dos engenhos, foi a base da economia do nordeste brasileiro. A principal força de trabalho empregada na época foi a da mão-de-obra escravizada de origem africana, principalmente, e posteriormente de origem indígena” [...]. (FRANÇA; JASINSKI, 2007. p. 4)

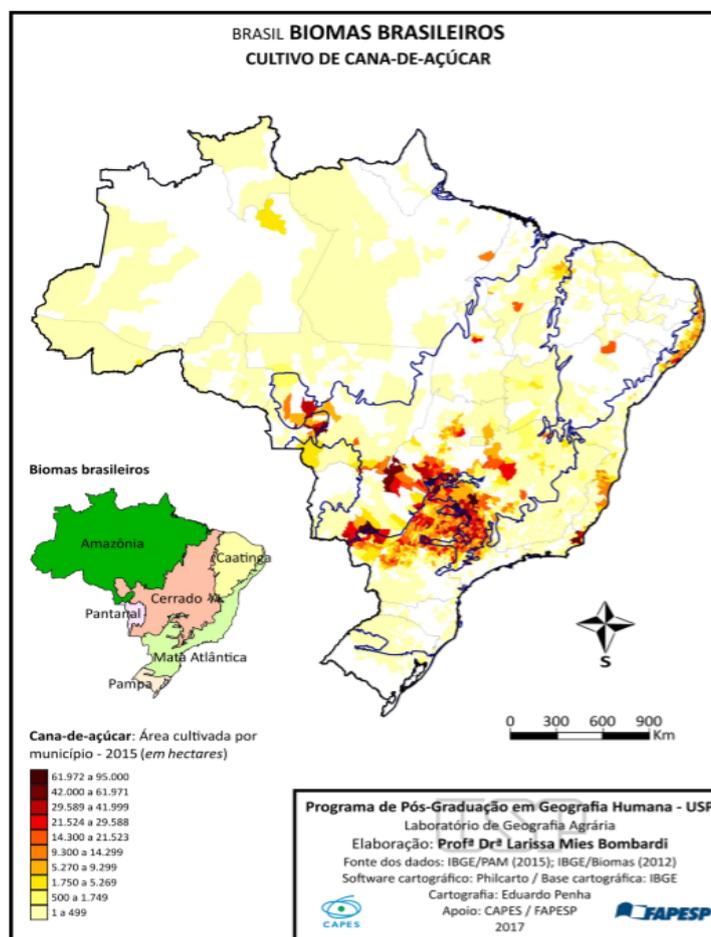
O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foi retratado também por Bombardi (2017), sendo uma análise feita relacionando-se com os biomas brasileiros.

No bojo desse estudo, evidencia-se que o Brasil é um país que abriga seis biomas distintos entre si: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Neste sentido, Ross (2011) discute o conceito bioma que esta relacionado a cobertura vegetal do planeta, que observamos no mapa-múndi de vegetação, no qual, é classificado algumas zonas com grandes semelhanças ecológicas e fisionômicas, assim essas zonas são os biomas, regiões homogenias com o sistema em completa sintonia cuja relação vegetação, clima e solos tem grande influencia.

AB’Saber (2012), também discute os domínios morfoclimáticos brasileiros, que são regiões com grandes extensões territoriais que apresentam particularidades climáticas, morfológicas e fitogeográficas com a interação de fatores bióticos, químicos e físicos. Ainda segundo AB’ Saber (2012), sua classificação o Brasil apresenta seis grandes domínios morfoclimáticos, são eles: Amazônico, Mares de Morros, Araucárias, Cerrado, Caatinga e Pradarias.

O mapa 2, a seguir, evidencia as áreas que cultivam a cana-de-açúcar, por município, em hectares, baseando-se no ano de 2015.



Mapa 2: Cultivo da cana-de-açúcar relacionado com os Biomas Brasileiros

Fonte: BOMBARD, 2017, p. 221.

Como podemos observar no mapa, evidencia-se que o cultivo da cana-de-açúcar, tendo uma predominância maior na área de transição dos biomas Cerrado e Mata Atlântica. Nota-se ainda, uma produção litorânea sob o bioma da Mata Atlântica.

Observa-se que o cultivo da cana-de-açúcar se destaca principalmente na região do Litoral Oriental nordestino e o Centro-Sul, especialmente nos estados de São Paulo, Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Norte do Paraná. Vale ressaltar as produções envenenadas em síntese por todo o território brasileiro como: no norte dos estados do Amazonas, Pará, Bahia e Tocantins; parte leste e sul do estado do Maranhão, norte e leste do Espírito Santo e nordeste do Rio de Janeiro.

Ao tratar-se da região do Norte de Minas - MG, a cultura no período do ano 2015, se configura numa escala considerada baixa em relação às demais áreas, de 1 a 499 hectares cultivados por município, sendo que, nas demais áreas da região o maior número de produção varia em 9.300 a 14.299 em hectares de cultivo de cana.

Então, para aprofundar este debate no próximo tópico que tem como título “Contextualização do surgimento da rapadura”, discute-se o cenário principal do presente estudo.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DA RAPADURA

O princípio para produção da rapadura se consolida no século XVI, nas ilhas Canárias situadas no Oceano Atlântico. Desde o surgimento, a rapadura foi considerada como uma guloseima e um produto acessível para o transporte, pois, em relação ao açúcar, a resistência e a durabilidade são maiores (NASCIMENTO, 2007, p. 2).

Na mesma época do seu surgimento, ainda segundo Nascimento (2007), o Brasil adotou essa prática, instalando os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, sendo que, nos anos 1633, a região do Cariri, no estado do Ceará, registrou a produção de rapadura, constituindo tipicamente o alimento de consumo dos escravos, período este em que adquiriu o estigma de alimento dos menos favorecidos.

Uma das características da fabricação de rapadura eram os engenhos pequenos e rudimentares, tendo apenas moendas, uma simples fábrica como uma fornalha e a plantação da matéria-prima a cana. Possivelmente, não havia apenas esse tipo de cultivo, mas um espaço dividido para outras agriculturas tidas como - subsistência. Além dos pequenos engenhos, existiam também os grandes produtores que fabricavam apenas para consumo dos habitantes locais e regionais.

A produção de rapadura no Brasil, mesmo com as características de técnicas e métodos rudimentares, teve uma propagação para algumas regiões do Brasil, principalmente nas áreas do interior. Como é tratado por Lima e Cavalcante (2001):

Trata-se de um produto típico de pequenos e micro produtores, sendo difícil encontrar dados mais detalhados e/ou atualizados, havendo registro pelo IBGE de informações de produção para os anos de 1970, 1975 e 1980. Com base nesses dados, concluiu-se que a maior parte da produção localizava-se no Nordeste do país, cerca de 60%, e no Sudeste, em torno de 34%, tendo havido naquele período forte queda no volume produzido, sendo mantidas, entretanto, as proporções de cada Região no total produzido. (LIMA; CAVALCANTE, 2001, p. 30).

No Nordeste do país, a produção é secular, cujas características remetem as antigas áreas de uma produção sazonal, sendo essa região a maior produtora de rapadura no país (LIMA; CAVALCANTE, 2001).

Os Estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba são os maiores produtores, existindo também produção significativa nos Estados do Piauí, Alagoas e Bahia. No Ceará, destacam-se as regiões do Cariri e da Serra do Ibiapaba. Em Pernambuco, os engenhos de rapadura concentram-se no Sertão, sendo os municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde os maiores produtores. Na Paraíba, os dois grandes pólos são a região do Brejo e o Sertão. (NASCIMENTO, 2007, p. 3).

O estado de Minas Gerais, ao longo do século XIX e no início do século XX, foi à área canavieira mais importante, com 4.150 unidades produtivas utilizando a cana-de-açúcar em 1830. Conforme Godoy (2013, p. 173), no período de 1950 a 1980 a produção chegou a um nível de destaque, pois tinha aproximadamente 32% de todo o engenho total em relação ao Brasil com 39.406 de engenhos. Já na década

de 1960 houve um aumento de 37%, com 33.270 engenhos, e na década de 1970 somou um total de 45. 854 de engenhos e em 1980 chegou numa estatística de 19.137 equipamentos para a produção de rapaduras. Godoy (2003) ressalta, ainda, o atual cenário característico que o estado apresenta na produção dos provenientes da cana-de-açúcar.

As principais características da atual pequena produção de derivados da cana em Minas Gerais são: convivências de equipamentos modernos com máquinas primitivas ainda sobrevivem engenhos antigos e de tipo antigo; as técnicas agrícolas e os processos industriais também são caracterizados por permanências arcaicas lado a lado a processos modernos; a especialização na produção de derivados da cana é a exceção, predominam amplamente as unidades com pauta 52 produtiva diversificada; os engenhos de cana continuam funcionando parte do ano, produção sazonal, e, em parcela expressiva dos casos, produzindo apenas para o consumo doméstico [...] (2003, p. 51-2).

Em Minas Gerais, o espaço de pequenas produções dos derivados da cana-de-açúcar persiste nas famílias camponesas, assim como qualquer outra área do Brasil. Como ressalta Godoy (2003, p. 80):

A fabricação de rapadura é a ausência mais surpreendente no texto setecentista. Dados de documentação pública do início do século XIX, final do período colonial, revelam que a produção de rapaduras em Minas Gerais era atividade de grande magnitude. Além de suprir o mercado mineiro, exportavam-se grandes quantidades de rapadura para o sertão do Nordeste. Depoimentos de viajantes estrangeiros do início dos Oitocentos não deixam dúvidas quanto à importância da rapadura nos hábitos alimentares dos mineiros. O açúcar na forma de rapadura fazia parte da dieta dos habitantes de todas as regiões de Minas Gerais.

Na cultura norte - mineira, inclui-se a produção da cana-de-açúcar para o processo artesanal da rapadura, sendo esta uma atividade que predomina no meio rural como formação de renda dos produtores camponeses. É essencialmente presente nos estabelecimentos de organização familiar, consistindo-se numa importante movimentação econômica e social para os produtores rurais.

Ao se tratar da manufatura artesanal da rapadura advinda de engenhos, embarca-se em um regresso ao passado, em específico ao período colonial, com um perfil de baixo nível tecnológico, o transporte da cana-de-açúcar, o auxílio nas plantações e a base de funcionamento dos engenhos eram de atração animal. De acordo com Santos (2016):

O modelo de produção artesanal remete à nostalgia dos produtos de antigamente e apresenta vínculos entre a qualidade do produto e seu espaço de produção. Vista desta forma, a qualidade relaciona fatores naturais (clima, solo, relevo) e fatores humanos (tradições, estilo de vida) com técnicas de processamento. A tradição consolida procedimentos específicos que são transmitidos entre as gerações e constroem qualidades específicas capazes de diferenciar os produtos artesanais. (SANTOS, 2016, p. 90).

O complexo desta atividade e a sobrevivência da tradicional produção estão

inseridos no Brasil, aspectos que caracterizam o trabalho de camponeses, uma forma arcaica que dá sustento as famílias produtoras. Como salienta Godoy (2003):

A capacidade de sobrevivência de formas camponesas de produção no Brasil, a grande importância da pequena agricultura de subsistência, é indício de que o processo de transformação capitalista no campo ainda está longe de se completar. Essas formas arcaicas, baseadas em relações de produção não-capitalistas, tendem a ser expressões de longa duração. (GODOY, 2003, p. 50)

A partir desse contexto que a produção de rapadura se desenvolveu em diversas regiões do Brasil, não sendo diferente no Norte de Minas Gerais. Nota-se que, na mesorregião Norte de Minas, há uma grande influência da tradicional produção de rapadura. Trata-se, portanto, de um produto bem valorizado no mercado e apresenta fortes vínculos com a produção e a territorialização camponesa, ou seja, remete ao trabalho familiar e vínculos artesanais na sua produção.

## O CAMPONÊS E O MODO DE PRODUÇÃO

No espaço rural, o trabalho e o cultivo da terra são interligados, ambos dependentes um do outro. Com esse cenário, tem-se o homem como sujeito proprietário da terra garantindo sua reprodução. Os camponeses que habitam nessas áreas, são famílias constituídas de várias gerações que, geralmente, vivem próximas e na comunidade há uma ligação familiar ou até mesmo cultural. Sousa e Conceição (2010), destacam que:

No campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice versa, tem um sentido humano. Desse modo, propriedade familiar e propriedade capitalista são diferentes, embora privadas. Uma explora o trabalho; a outra é a condição da independência do trabalho, pois o camponês, quando tem terra, tem trabalho livre. (2010, p.66).

Com esse intuito, a organização de trabalho familiar e o uso da terra se constituem em um modo de vida do campesinato. Nos estudos de Marques (2008), essa abordagem consiste-se em:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. (MARQUES, 2008, p. 60).

É de grande relevância destacar que as atividades rurais de produção familiar geralmente são específicas a uma economia de subsistência, frutos do próprio trabalho camponês. Nesse sentido, tudo aquilo que o camponês produz, na finalidade de comercializar, não se caracteriza como sobra, mas resultam medidas definidas

pelo próprio produtor. Assim, para garantir sua alimentação, o camponês faz a troca de produtos por dinheiro, pois, por sua vez, é trocado por produtos que eles não conseguem produzir, ou seja, o camponês vende aquilo que excede da sua produção e da sua própria necessidade para a sobrevivência, sem deixar de lado sua família, para adquirir outros tipos de produtos garantindo sua sobrevivência e reprodução.

Para o camponês, a relação é estabelecida quando ele vende aquilo que excede suas próprias necessidades de sobrevivência, suas e de sua família. Nesse caso, troca-se o produto por dinheiro, que, por sua vez, passa a ser trocado por aquilo que não consegue produzir, que tenha valor de uso. Nessa relação, dinheiro tem a forma nominal; portanto, não é capital. (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 67).

Com isso, o modo de produção dos camponeses se constitui em uma agricultura que se caracteriza com o cultivo tradicional realizado pelo grupo familiar. Esse espaço de produção é uma modalidade voltada para as áreas rurais, que tem uma relação de produção para todas as famílias que ocupa o espaço no meio rural.

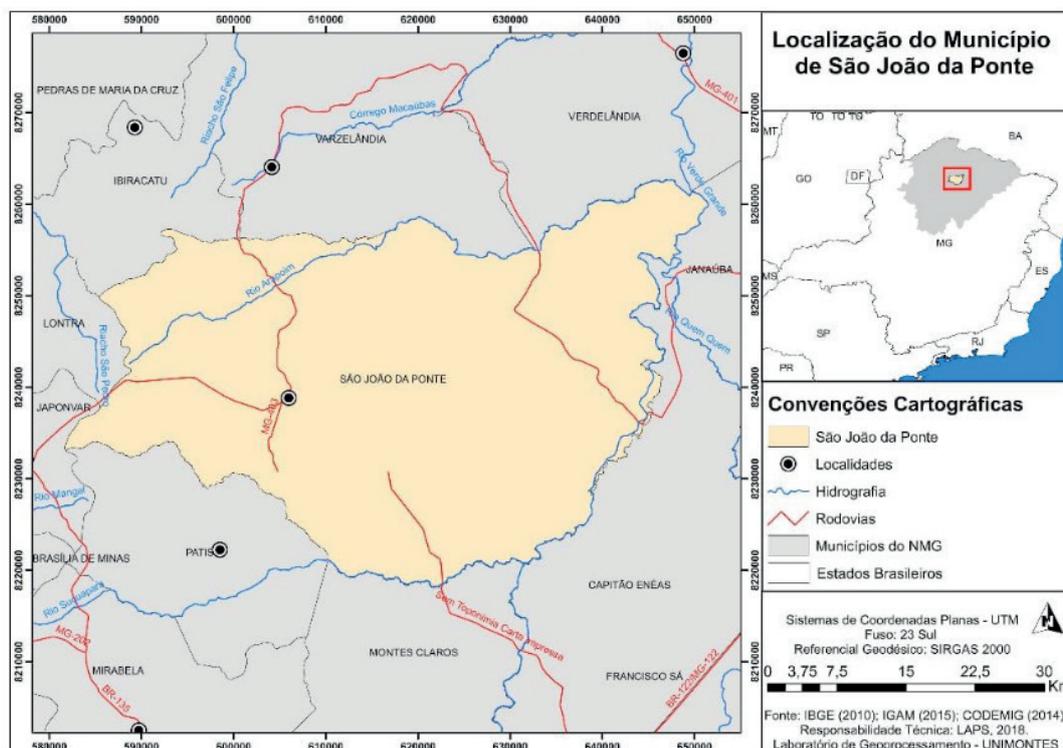
## **APRESENTANDO O ESPAÇO DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE-MG**

O estudo em questão é a Comunidade Rural de João Moreira localizada no município de São João da Ponte - MG. O município faz parte mesorregião<sup>1</sup> do Norte de Minas Gerais e integra-se a microrregião<sup>2</sup> de Montes Claros, limitando-se, ao norte, com os municípios de Ibiracatu e Varzelândia; ao sul, limita-se com Montes Claros e Patis; no oeste, Japonvar e Lontra, e ao leste do município, encontra-se Janaúba e Capitão Enéas.

---

1 Mesorregião: corresponde a um tipo regionalização que devido às diferenças geográficas internas foi substituída por “Regiões Geográficas Intermediárias”. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. (Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais REGIÕES, 2008). Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017).

2 Microrregião: é uma região composta por municípios limítrofes, mas devido as diferenças geográficas internas, foi incorporado uma nova conceituação “Regiões Geográficas Imediatas”. As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017).



Mapa 3: Localização do município de São João da Ponte-MG

Fonte: IBGE, 2010. IGAM, 2015. CODEMIG, 2014. Elab. LAPS, 2018.

O município de São João da Ponte - MG possui aproximadamente 1.851,102 em quilômetros de superfície territorial. Em aspectos demográficos, tem uma estimativa populacional de 25.8562 habitantes, uma parte de 8.642 ocupando o perímetro urbano e uma maior concentração totalizando em 16.720 habitantes na área rural (IBGE, 2017), com 120 comunidades rurais<sup>3</sup>.

Em relação à economia do município, por ser um local que não possui grandes empresas e nenhuma indústria por falta da infraestrutura, há um alto índice de desemprego tanto no perímetro urbano quanto no rural. Pereira (2007) ressalta que:

Como principais características dos pequenos centros, podemos destacar: a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação, à segurança, [...] a baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos e a predominância de atividades características como relacionadas ao rural. (PEREIRA, 2007, p. 174)

Ao tratar do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o município possui baixo desenvolvimento humano, ocorrendo por esse motivo uma elevada migração populacional para outras cidades na busca de melhoria de vida.

A base hidrográfica que faz parte do município é bacia do Rio Verde Grande, tendo como principal rio que drena o município o Rio Arapuim.

3 Informação coletada com o Pe. Márcio Antônio Rosa da Silva em abril de 2017.

## ALGUNS TIPOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS CULTIVOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE -MG

O município tem uma maior concentração populacional na zona rural com 120 comunidades, o que explica a base econômica local. Sendo assim, as relações de produção no campo são realizadas pela agricultura camponesa. Nesse sentido, Oliveira (2007) salienta que:

Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato. (OLIVEIRA, 2007, p.42)

Mediante o exposto, é importante apontar a quantidade da produção em todo o espaço rural que integra ao município. Nesse sentido, é válido evidenciar os principais tipos de agricultura, tais como: plantio de cana-de-açúcar, milho, feijão e mandioca que se configura nas chamadas lavouras temporárias. Há também as lavouras permanentes dentre elas; o plantio de banana, laranja, maracujá. Assim, para apresentar dados caracterizando este cenário, as tabelas e os gráficos a seguir evidenciam as produções agrícolas no período sazonal e o outro permanente.

	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (x1000) R\$	Área destinada à colheita (há)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/há)
<b>Arroz</b>	1	1,00	3	1	1.000
<b>Cana-de-açúcar</b>	30.000	5.400,00	500	500	60.000
<b>Feijão</b>	40	200,00	150	50	800
<b>Mandioca</b>	2.500	1.000,00	250	250	10.000
<b>Milho</b>	120	113,00	1.200	200	600
<b>Sorgo</b>	15	8,00	30	10	1.500

Tabela 1: Produção Agrícola – Lavoura Temporária

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

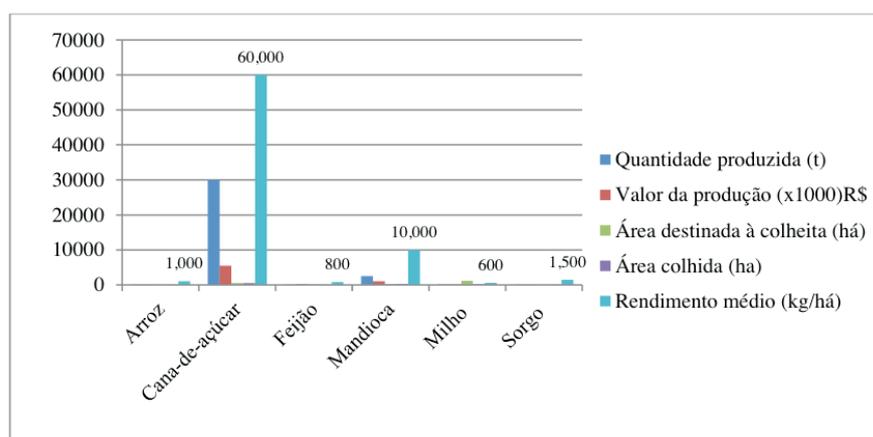


Gráfico1: Produção Agrícola – Lavoura Temporária

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

A análise dos dados expostos indica que, em todo o município de São João da Ponte, em relação às produções agrícolas de lavoura temporária, temos a cana-de-açúcar apresentando 60.000 quilogramas por hectares no município. Já as demais produções, como a mandioca, ficam em segundo nível com 10.000 quilogramas por hectares no rendimento médio; o milho, sorgo, feijão e arroz estão em uma pequena produção ao se relacionar como a produção da cana-de-açúcar, produção esta que relativamente está ligada diretamente na fabricação de rapadura.

	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (x1000) R\$	Área destinada à colheita (há)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/há)
<b>Banana</b>	480	938,00	32	32	15.000
<b>Laranja</b>	30	36,00	6	6	5.000
<b>Maracujá</b>	20	60,00	2	2	10.000

Tabela 2: Produção Agrícola – Lavoura Permanente

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

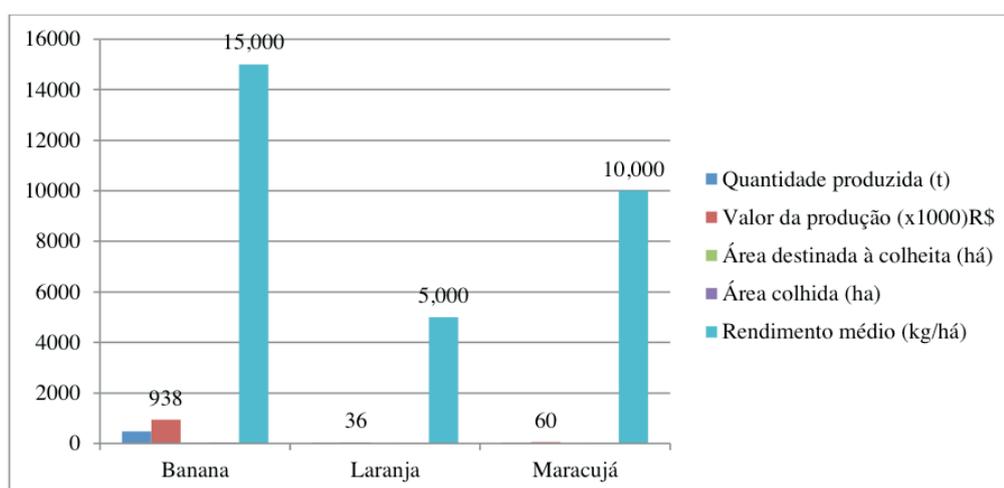


Gráfico 2: Produção Agrícola – Lavoura Permanente

Fonte: IBGE Cidades (2016). Org.: Os autores.

Esta segunda análise de informações das produções é de lavouras permanentes. No que se trata das frutas, tem-se a banana como destaque no rendimento médio, na quantidade produzida e um bom valor na produção em relação às demais que se destacam apenas no rendimento médio.

Comparando-se com o primeiro gráfico das lavouras temporárias, a produção da cana-de-açúcar ainda persiste no índice maior. Vale ressaltar, ainda, que as atividades de produção da região consistem também na extração de vegetais, dentre elas a lenha, carvão vegetal e colheita de pequi. A pecuária é considerada como outra atividade de relevância para o município, concentrando-se na criação de bovino, equino, galináceo, ovino e suíno (IBGE CIDADES, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas análises evidencia-se que a produção mundial da rapadura está atrelada ao modo colonial e expansionista, sob a égide da ocupação e transformação de distintos territórios e territorialidades. Atualmente, a produção cana-de-açúcar como *commodities*, revela seu papel contraditório entre o agronegócio e a reprodução camponesa.

A partir desse cenário, a contextualização das práticas agrícolas no município de São João da Ponte - MG possibilita o entendimento da relação de produção das comunidades que ocupam esse espaço, sobretudo, na Comunidade Rural de João Moreira que resiste produzindo artesanalmente a rapadura como um modo de produção, uma prática alimentar, cujos traços regionais estão presentes nos hábitos, saberes, costumes e tradições próprias, sendo vivenciada por cada geração que ali convive e recria-se cotidianamente. Assim, o processo artesanal da rapadura se firma nesse espaço que, mesmo diante das dificuldades na produção, os camponeses buscam adaptar e construir um modo de vida sem deixar de demonstrar a sua característica baseando na produção artesanal da rapadura, uma das riquezas culturais e históricas da Comunidade Rural de João Moreira.

## REFERÊNCIAS

- AB' SABER, Aziz. N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê, 2012.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1992.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. **Laboratório de Geografia Agrária- FFLCH – USP**. São Paulo, 2017.
- FRANÇA, Bruno Henrique Cruz; JASINSKI Marcelo. Dossiê técnico Cultivo de cana de açúcar. **REDETEC Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro**. Copyright © Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT. 2007.
- GODOY, Marcelo Magalhães. Persistência do tradicional. O processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. RBHCS. Vol. 5 Nº 10, Dez. 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama v4.3.8.3**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-da-ponte/panorama>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2016**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-da-ponte/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 22 abr. 2018. Rio de Janeiro, 2017.
- LIMA, João Policarpo Rodrigues; CAVALCANTI, Célia M. Lira. Do Engenho Para o Mundo? A Produção de Rapadura no Nordeste: Características, Perspectivas e Indicação de Políticas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 32, n. 4 p. 950-974, out-dez. Fortaleza, 2001
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, 2008.

MARTINS, Jose de Souza. **Não há terra para Plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalhos no renascimento políticos do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

NASCIMENTO, Marcelo Rodrigo Mendonça do. Dossiê Técnico Processamento da Rapadura. CDT/UnB. **Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas - SBRT**, 2007. Disponível em: <<http://www.panelamonitor.org/media/docrepo/document/files/dossie-tecnico-processamento-da-rapadura.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2018.

NIMER, E. & BRANDÃO, A. M. P. M. 1989. Balanço hídrico e clima da região dos cerrados. BRASIL. IBGE, 166 p, Rio de Janeiro, RJ.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/ USP, 2007.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidades médias e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**. São Paulo. v.23 (Supl.1), p.1-58, 1993.

SAMPAIO, Matheus de Almeida Prado. 360°- **O período do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Geografia Humana)**. São Paulo: FFLCH, 2014.

SANTOS, Suélen Cristiane dos. **Verificação da aplicação das boas práticas de fabricação e análise de perigo e pontos críticos de controle no processo produtivo de rapadura de melado**. 2016. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agroindustrial Industrias Alimentícias) - Universidade Federal do Rio Grande, Santo Antonio da Patrulha, 2016.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente**, vol. 11, n. 1, 30 junho 2010.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira** - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia – USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

## ÍNDICE REMISSIVO

### B

Bancos 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 93

### C

Campesinato 99, 106, 109

Cronotopo 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74

Currículo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12

### D

Direito à cidade 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23

Direito à moradia digna 13, 14, 15, 22, 23

Discurso 60, 61, 64, 68, 69, 72, 73, 74

### E

Ensino de geografia 1, 5, 8, 11, 12, 113

Esgoto 22, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48

### F

Favela 25, 26, 28, 30, 32, 33, 37

Feira 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

### G

Geografia financeira 77, 78

Geografia regional 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58

### H

História do pensamento geográfico 49, 50

### I

Ideologia 11, 60, 74

### L

Lagoa 38, 93

### M

Microalgas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Modernidade 25, 26, 33, 37, 58, 64, 89

### N

Neoliberalismo 60, 61, 74, 113

Norte de Minas Gerais 99, 106, 107, 112

Nova Cruz 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

## **P**

Política 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 60, 61, 62, 64, 66, 70, 71, 73, 75, 76, 89, 95

Portugal 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Prática pedagógica 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12

Produção do espaço 19, 25, 26, 36, 37

Programa Minha Casa Minha Vida 13, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24

## **R**

Rapadura artesanal 99

Richard Hartshorne 49, 50, 51, 52, 57, 58

## **S**

Saneamento 18, 38, 39, 40, 45, 46, 47

Serviços e equipamentos públicos 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23

## **T**

Tradição 51, 88, 91, 92, 94, 97, 105

## **U**

UASB 38, 39, 40, 42, 44, 45, 48

Urbanização 25, 30, 98

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-720-8



9 788572 477208